

Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística*

Luciana de Souza Gracioso

Mestre em biblioteconomia e ciência da informação pela PUC/Campinas, 2002. Bibliotecária do Instituto de Biologia da Unicamp, 2002. Docente da Faculdade de Biblioteconomia da PUC/Campinas (2º semestre - 2003).
E-mail: gracioso@unicamp.br / lugracioso@yahoo.com.br

Resumo

A informação estatística é essencial para o planejamento e formulação de projetos e políticas públicas, sendo assim fundamental para o desenvolvimento do Estado. Nesse contexto, foram analisadas as características atuais, avanços e desafios das agências estaduais do Sistema Estatístico Nacional. Discutiram-se aspectos relacionados à adequação do estudo no âmbito da ciência da informação, assim como à necessidade de segmentação da demanda para adequação da oferta enquanto condição para a promoção do uso das informações estatísticas. Para coleta de dados, desenvolveu-se pesquisa exploratória, na qual foram enviados questionários estruturados e autopreenchíveis às 27 agências brasileiras, obtendo-se respostas de 23. Foram desenvolvidas entrevistas qualitativas junto a oito interlocutores das agências dos estados da Bahia, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Com a análise das informações coletadas, foi possível identificar práticas relevantes do Sistema em relação ao desenvolvimento de produtos e serviços direcionados à promoção do uso das informações estatísticas.

Palavras-chave

Ciência da informação; Disseminação da informação; Informação estatística; Sistema Estatístico Nacional.

Dissemination of statistical information in Brazil: experiences and politics of the State agencies of statistics

Abstract

Statistical information is essential for planning, formulating projects and public politics, consequently to the development of State. In this context it was analysed the present characteristics, progress and challenges of the state agencies which belong to the Sistema Estatístico Nacional. The aspects related to the adequacy of this study in the scope of Information Science, as well as the need to segment the search for adequacy of offer as a condition of promoting the use of Statistical Information, was broadly discussed. In order to collect information it was carried out an exploratory survey using structured and prefilled questionnaire which was sent to 27 Brazilian state agencies, out of this total 23 were answered. Also, it was applied a qualitative interview with 8 individuals agencies of the following states: Bahia, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul and Rio de Janeiro. The analysis of information collected permitted the identification of relevant practices of the System concerning the development of products and services aimed at the promotion of the use of Statistical Information.

Keywords

Information services; Dissemination of information; Statistical information; National Statistics System.

INTRODUÇÃO

Ao analisar as implicações sociais, econômicas e políticas intensificadas no âmbito nacional nesse início de século, torna-se fundamental direcionar o foco das discussões para o papel da informação nesse contexto. Especificamente para informação estatística, que tem como principal atributo diagnosticar o ambiente nacional para servir de suporte para a formulação de políticas públicas e estudos socioeconômicos, embasar pesquisas acadêmicas em diversos níveis e, de modo mais abrangente, possibilitar à sociedade a construção de uma cidadania coletiva.

A partir desse enfoque, foi desenvolvido o trabalho de pesquisa intitulado "Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística", que objetivou analisar, junto às instituições de estatísticas, primeiramente a consolidação do Sistema Estatístico Nacional como um todo e, em seguida, verificar os esforços empreendidos pelas agências estaduais no desenvolvimento de produtos e serviços não somente voltados à produção e armazenamento das informações, mas também direcionados especificamente à disseminação.

Para tanto, realizou-se inicialmente uma breve discussão teórica sobre o estatuto da ciência da informação, pois se acreditou ser a informação estatística um potencial objeto de estudo desta área. Em seguida, foram feitas abordagens sobre a história das estatísticas públicas, sobre as características que adjetivam a informação como estatística e ainda sobre as implicações inerentes aos processos de disseminação de informações. Contudo, o principal enfoque do trabalho foi explorar especificamente as práticas e políticas desenvolvidas pelas agências estaduais para a promoção do uso das informações estatísticas. Assim, utilizou-se método quantitativo e qualitativo para levantamento de informações que posteriormente foram analisadas para formulação de possíveis conclusões.

* Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado "Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística", desenvolvida por Luciana de Souza Gracioso sob orientação do doutor Paulo de Martino Jannuzzi, junto ao Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUC/Campinas, 2002.

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Embora a importância da informação seja reconhecida por diferentes áreas do conhecimento, sua definição ainda não é concretamente delimitada. Em geral, cada segmento disciplinar designa a informação conforme sua possível adequação de uso. Mas é consenso entre essas áreas que a informação promove acréscimo de conhecimento:

“...é uma mensagem que permite aumentar o conhecimento das coisas que nos cercam. A idéia de informação está ligada à do aumento do conhecimento, e está ligada à melhoria de nosso comportamento, em nosso dia-a-dia. Isto porque o conhecimento modifica nosso comportamento” (Mattos, 1982, p. 108).

Enriquecendo a abordagem do autor, é importante mencionar o enfoque dado por Kobashi, Smit & Tálamo de que:

“A qualificação da informação, pela etimologia da palavra, a associa objetivamente ao coletivo. Verifica-se, por essa via, que a sua importância encontra-se relacionada ao fato de a mesma promover modos de organização sociais que vão além de noções espaciais e territoriais: a agregação dos indivíduos, assim como a segregação entre eles, faz-se pela informação, sua circulação, distribuição e consumo” (Kobashi, Smit & Tálamo, 2001, p.03).

A informação estatística possui características que lhe são exclusivas e que têm sido amplamente discutidas por pesquisadores do assunto, dentre eles, Souza (1997), Desroisieres (1996), Médice (1990), Senra (2000a, 2000b), Jannuzzi (2001) e outros. A adjetivação estatística dada à informação elimina o caráter abstrato da informação propriamente dita, tornando-a objeto concreto de estudo. Assim, informações que refletem condições de saúde, habitação, escolaridade, renda e perspectiva de vida de uma sociedade precisam receber tratamentos especializados durante todo ciclo de coleta, armazenamento e disponibilização. Contudo, para possibilitar uma visão mais completa sobre os conceitos que convergem para a delimitação das informações estatísticas, foi feita a seguinte análise (tabela 1).

Diante de tais conceitos, foi possível estabelecer uma relação de todo/parte quanto ao estudo da informação estatística no âmbito da ciência da informação.

TABELA 1

Conceitos analisados para delimitação do termo “informação estatística” para a presente pesquisa

CONCEITOS ANALISADOS	
<p>DADO: É uma referência não elaborada, algo não interpretado, não classificado, não estruturado, não ajustado a um contexto.¹</p> <p>ESTATÍSTICA PÚBLICA: Conjunto de dados sociais, demográficos e econômicos coletados, compilados e disponibilizados regularmente pelas agências ligadas ao planejamento governamental e outras instituições públicas para a sociedade civil, governo e empresas.²</p> <p>INDICADOR SOCIAL: É uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas).³</p> <p>INFORMAÇÃO INSTITUCIONALIZADA: A informação é institucionalizada porque a ela foi atribuída uma potencialidade de utilidade informacional.⁴</p> <p>CONHECIMENTO para a ciência da informação: Conhecimento registrado ou descrito que adquire um novo estatuto de informação que poderá ser disponibilizada e potencialmente poderá ser incorporada por algum indivíduo para gerar um novo conhecimento.⁵</p>	INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

¹ MATTOS, J. M. de (1982);

⁴ SMIT, J. W. (2000);

² JANNUZZI, P. M. (2001);

⁵ *Idem* 6.

³ *Idem* 4;

CONSIDERAÇÕES SOBRE PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS NO BRASIL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi instalado no Rio de Janeiro, na década de 30, durante o Governo Getúlio Vargas, direcionando suas práticas para prover informações às superintendências regionais e inspetorias municipais, que compõem a rede hierárquica do Sistema Estatístico Nacional. Alguns órgãos, atualmente, coletam dados que alimentam o IBGE, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) de São Paulo, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) do Paraná, Fundação Centro de Informações e Dados (Cide) do Rio de Janeiro, Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul, Fundação João Pinheiro (FJP) de Minas Gerais e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Esses órgãos produtores de informações estatísticas encontram dificuldades para a obtenção de dados e padronização na coleta de informações, uma vez que alguns organismos adotam formas de atividades diferentes daquelas estipuladas pelo IBGE. Há também dificuldade na manutenção da periodicidade na coleta e tratamento dos dados, fato que não permite a comparação entre duas ou mais pesquisas. Por último, mas não menos importante, convém citar a dificuldade causada pela falta de recursos disponíveis para oferecer suporte técnico a entidades e pessoas responsáveis pelas pesquisas. Contudo, o enfoque dado à análise desse universo voltou-se às implicações sobre as práticas e políticas desenvolvidas por estas agências para a disseminação da informação.

Sabe-se que é possível, junto ao processo político, dividir a sociedade para facilidade de análise em quatro participações: grande público, público atento, elite de opinião e elite formal. Nessa situação, o desenvolvimento político de um país seria avaliado segundo os contingentes populacionais classificáveis em cada um desses estratos. Mattos, em sua obra *A sociedade do conhecimento*, de 1982, elucida claramente estas segmentações.

Nesse sentido, Barreto (1994) sugere estratégias voltadas à promoção do uso da informação, entre elas, a de segmentação de demanda para adequação da oferta para públicos com características específicas, canalizando linguagens e formatos de registros visando à promoção do uso da informação.

Contudo, qualquer destas ações, embora passíveis de se desenvolverem junto a instituições produtoras de informações, precisam ser respaldadas pela tutela do Estado, visto ser deste a responsabilidade de promover o bem-estar social.

Apenas com caráter elucidativo, fez-se destaque à política de disponibilização de informações estatísticas desenvolvidas pelo governo de Portugal, que aparentemente convalidam as ações mencionadas. É prática do sistema estatístico deste país desenvolver programas de mobilização pública para promover um conhecimento prévio à população sobre a necessidade das informações estatísticas. Assim, as demandas são segmentadas em grupos de “população escolar”, “jornalistas”, “grupos étnicos”, entre outros, e, a partir disso, direcionam-se ações de comunicação apoiadas por distintas entidades intervenientes. Esta estrutura é também utilizada, posteriormente, após os

recenseamentos, com o intuito de promover a imagem e a utilidade das informações. Entretanto, algumas adaptações sobre os segmentos de demanda são feitas com o intuito de possibilitar maior absorção das informações comunicadas. Essas informações são amplamente discutidas no *site* da instituição: < <http://www.ine.pt/censos2001/Divulgação/>>

É conveniente ressaltar que não foi intuito deste trabalho analisar e avaliar políticas de disseminação de informações genericamente. As explicações feitas serviram apenas para sustentar a necessidade de uma política estruturada voltada especificamente para a disseminação da informação. Tanto que se objetivou explorar, junto às agências estaduais de estatísticas públicas no Brasil, a existência ou não de práticas e políticas básicas de disseminação das informações, como, por exemplo, a distribuição de anuários estatísticos às prefeituras, o uso das tecnologias para a disponibilização da informação, dentre outras. E, para viabilizar esse mapeamento, foram utilizados instrumentos de pesquisa que possibilitaram elencar informações relevantes para a delimitação desse universo de estudo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Inicialmente, foi necessário mapear as instituições que compõem o Sistema Estatístico Nacional. O levantamento das agências estaduais analisadas se deu a partir de pesquisas na Internet* (haja vista a falta de acesso e a escassez de materiais impressos), assim como o levantamento de seus respectivos endereços físicos. A partir da identificação destes dados sobre as agências, teve início o desenvolvimento de uma pesquisa quantitativa na qual foi elaborado um questionário estruturado e autopreenchível em conformidade aos objetivos da pesquisa e, posteriormente, enviado às agências detectadas.

O questionário encaminhado às 27 agências estaduais foi desenvolvido com o objetivo de levantar o escopo temático dos dados produzidos ou compilados por tais agências e de identificar o perfil dos usuários e a intensidade da demanda da informação, visando a elencar especificamente alguns dos produtos e serviços de disponibilização estatística desenvolvidos nestas agências. Para garantir maior adesão à pesquisa, divulgou-

* Nesta etapa, houve a participação da bolsista Maria Júlia Guimarães (Pibic), cujo trabalho de iniciação científica pautava-se em analisar aspectos relacionados à organização das informações estatísticas na Internet.

se a intenção de realização da mesma em sessão do Encontro da Associação Nacional dos Institutos de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes), realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2001.

Na primeira parte do questionário, solicitou-se que fossem assinaladas as áreas temáticas de informação estatística produzidas ou compiladas pela instituição, indicando se tratava-se de dados primários (dados coletados diretamente junto a cartórios, empresas ou domicílios) ou secundários (obtidos junto a outros órgãos públicos e secretarias). Também foi solicitado que fossem assinalados os formatos de disponibilização dessas informações, considerando os suportes digitais (Internet), publicação impressa ou multimídia (CD-ROM, vídeo).

A terminologia empregada para esta questão, que visou a representar as informações estatísticas em sua totalidade, foi desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica, apoiando-se sobretudo no *Catálogo do IBGE* (IBGE, 2000), em artigo publicado por Allevato (1995) e no relatório *Sistema de informações das Instituições Públicas de Pesquisas* (Anipes, 2000). Outras estruturas de organização terminológica foram analisadas, como o Tesouro desenvolvido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), as Listas de Cabeçalho e Assunto do Public Affairs Information Service (Pais), desenvolvidas pela Online Computer Library Center (OCLC), e Tabelas de Áreas de Conhecimento desenvolvida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os procedimentos adotados nesta etapa da pesquisa são fortemente discutidos em Gracioso & Jannuzzi (2002).

Na segunda parte do questionário, foram solicitadas informações sobre pessoal técnico, características da demanda e política de disponibilização das informações estatísticas tratadas. Foram levantados dados sobre quantidade de recursos humanos alocados na disponibilização das estatísticas segundo a natureza funcional (bibliotecários, analistas, técnicos de informática, auxiliares de biblioteca, estagiários e outros), volume de consulta ao acervo e *site* da instituição na Internet, frequência de consulta às publicações, perfil do usuário demandante de estatísticas, práticas de venda subsidiada e distribuição de produtos para bibliotecas e órgãos públicos.

Os questionários foram encaminhados via correio às agências estaduais, acompanhados de carta contendo explicações sobre a pesquisa e envelope selado para respostas. Destes, 23 retornaram, e não se pôde dispor de

informações específicas para quatro agências ou secretarias estaduais de Planejamento, correspondentes aos estados do Maranhão, Piauí, Amazonas e Amapá. As análises quantitativas dos dados elencados são bem exploradas em Januzzi & Gracioso (2002).

Valeu-se também do método qualitativo para sustentar e identificar novas questões relevantes sobre o assunto, utilizando como instrumento de coleta de informações a entrevista. Foram desenvolvidas entrevistas dirigidas aos interlocutores de algumas agências estaduais, procedentes das agências de São Paulo (3) (Fundação Seade - Sistema Estadual de Análise de Dados), Rio de Janeiro (1) (Fundação Cide - Centro de Informação e Dados Estatísticos), Bahia (1) (SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), Rio Grande do Sul (1) (FEE - Fundação de Economia e Estatística) e Paraná (1) (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e do IBGE (1) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) enquanto órgão federal.

Cabe ressaltar, quanto ao IBGE, que, embora não tenha sido sujeito da aplicação dos questionários, visto que foram direcionados apenas às agências estaduais, a instituição participou das entrevistas qualitativas visando a enriquecer as informações emitidas pelas agências estaduais no momento em que as práticas mencionadas pelas mesmas são equiparadas às práticas desenvolvidas pelo IBGE. Especificamente duas das entrevistas desenvolvidas nesta instituição não se prenderam ao roteiro semi-estruturado utilizado nas demais e não tiveram seu conteúdo analisado sob os critérios estabelecidos. Estas duas entrevistas intuíram elucidar atividades específicas de serviços desenvolvidos pela instituição: "Serviço de atendimento telefônico 0800" e "Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE".

A entrevista com o representante da SEI deu-se durante o Congresso Mundial de População (Salvador, agosto, 2001), e as entrevistas com os interlocutores da FEE e Iparde se efetivaram durante o Encontro Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Porto Alegre, setembro, 2002.)*. Para as demais entrevistas, primeiramente entrou-se em contato com os secretários dos interlocutores das agências estaduais por telefone e se agendaram as entrevistas, conforme data e horário

* Tanto as entrevistas com o interlocutor da SEI quanto da FEE e Iparde foram desenvolvidas pelo doutor Paulo de Martino Jannuzzi, durante participação nos referidos eventos.

estipulados pelos mesmos. No ato do agendamento, foram enviados por fax o roteiro da entrevista e carta contendo explicações sobre os seus objetivos.

Sucintamente, o roteiro de entrevista estruturou-se segundo três temas: Produção da Informação Estatística; Disseminação da Informação Estatística; Uso da Informação Estatística pelo Estado. Quanto à produção, foram abordadas questões voltadas à consolidação do Sistema Estatístico Nacional: as lacunas temáticas ainda existentes que precisam ser pesquisadas e as implicações quanto ao uso de tecnologias para coleta e armazenamento das informações estatísticas. No que se refere à disseminação, foram abordadas questões que dizem respeito predominantemente às práticas de disponibilização da informação estatística desenvolvidas, identificando as de maior aceitação pelos usuários, as implicações orçamentárias, físicas e humanas que interferem nestas práticas e a posição da agência no que se refere à relevância desta atividade no âmbito de sua instituição. Quanto ao uso da informação estatística pelo Estado, procurou-se identificar o enfoque dispensado por este, não só no uso das informações institucionalizadas, mas também no subsídio dispensado às instituições estatísticas.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente tabuladas segundo categorias temáticas. As categorias identificadas para análise das questões pautaram-se nas questões abordadas no roteiro.

Fez-se posteriormente análise de conteúdo das informações levantadas na qual procurou-se manter critérios de objetividade, sistematização e inferência relacionada aos objetivos norteadores da pesquisa. Características de exaustividade e exclusividade foram as mais utilizadas para a análise dos conteúdos.

A utilização dos métodos quantitativo e qualitativo para levantamento de dados contemplou as necessidades de confiabilidade e validade da pesquisa desenvolvida no sentido de que questões que possam não ter sido exploradas adequadamente no questionário enviado às agências fossem complementadas com as entrevistas aos interlocutores e vice-versa.

CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES

Especificamente sobre as práticas e políticas de produção e de disponibilização das informações estatísticas pelas agências estaduais, coube inferir que, quanto à produção de estatísticas públicas no Brasil, o Sistema Estatístico Nacional está consolidado e é o principal responsável

pelas informações estatísticas brasileiras, podendo ser-lhe agregadas características de confiabilidade, credibilidade e perenidade no desenvolvimento de pesquisas e análise de dados, obtendo assim lugar de destaque em relação a demais órgãos estatísticos de países da América Latina, por exemplo.

Quanto à existência de possíveis lacunas de pesquisa no Sistema, ficou evidente que a abrangência temática das pesquisas desenvolvidas cobre exaustivamente as demandas sociais. No entanto, não é ainda prática concreta do Sistema o levantamento de informações sobre meio ambiente, cultura, turismo e algumas aspectos relativos à segurança pública e justiça. Contudo, a identificação da necessidade do levantamento destas informações, dentre outras, já foi diagnosticada, e iniciativas têm sido tomadas no sentido de suprir tais lacunas visando a promover informações que reflitam a realidade em que são contemplados tais assuntos no Brasil.

Nesse sentido, o papel das agências estaduais no desenvolvimento de pesquisas é fundamental, pois estas não só promovem informações a partir de fontes secundárias, permutando-as posteriormente entre si e entre o IBGE, mas também elaboram metodologias de coleta e tratamento de dados que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas mais precisas e objetivadas, evitando desperdício de tempo e recursos financeiros. Especificamente alguns estados, ao desenvolver e aplicar suas próprias metodologias de pesquisa, levantam informações sobre si mesmos, que são incorporadas ao Sistema, servindo como referência para o restante das instituições. Atualmente, o relacionamento entre as agências estaduais e o IBGE tem frutificado em pesquisas atualizadas, atendendo com mais especificidade às necessidades da demanda.

O IBGE, à frente da produção de informações estatísticas, merece destaque, haja vista a maior abrangência do escopo temático de suas pesquisas que subsidiam, em parte, a produção das informações pelas agências estaduais. A função de produzir e aperfeiçoar metodologias constantes de pesquisas e comutá-las com as demais agências é também relevante atribuição do IBGE.

A tecnologia não tem sido vista como alternativa, mas sim como condição para promoção do acesso e uso da informação. A agilidade em se publicarem as informações, quase que instantaneamente ao momento de sua elaboração, faz da tecnologia a principal aliada de políticas de disponibilização da informação, mesmo

sendo esta prática insuficiente para que a informação seja efetivamente utilizada. As vantagens sobre a versatilidade para armazenamento e manuseio das informações contidas em suportes digitais seriam talvez a mais relevante característica que faz com que as agências estaduais estejam adotando e aperfeiçoando cada vez mais o uso dessa ferramenta para a disponibilização das informações. Questões referentes aos recursos orçamentários e capital humano capacitado para tratamento e uso destas tecnologias são diagnosticadas como alguns dos aspectos negativos que permeiam a inserção destas no contexto informacional. O problema de tamanha valorização deste suporte informacional estaria em se criar uma falsa impressão de que, ao expor a informação em um suporte digital, por exemplo, estar-se-ia fazendo a sua disponibilização. É evidente que as agências estaduais atentam à necessidade de organização e até mesmo de interpretação das informações estatísticas antes de registrá-las em um formato digital, contudo tais práticas ainda não condizem com a realidade. Enfim, quanto ao armazenamento das informações estatísticas, pode-se concluir que, embora a publicação impressa seja valorizada, os suportes digitais e virtuais têm ganhado cada vez mais espaço.

Assim, o uso intensivo de tecnologias para produção e armazenamento de informações no Sistema Estatístico Nacional pode-se constatar como uma prática atual, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de produtos e serviços de geoprocessamento. Tem havido ainda revoluções ocorridas quando do uso de suporte informacionais como CD-ROM que não só minimizaram custos, como possibilitaram que os dados levantados pudessem ser organizados de modo inteligente. Esta tecnologia permite ao consultor do documento a possibilidade não só de acessar enorme quantidade de informações, como de reordená-las e estruturá-las conforme suas necessidades de uso.

Em relação à posição das agências estaduais quanto à disponibilização de informações estatísticas, foi confortável poder verificar que a preocupação com a demanda tem sido o foco central destas agências quando se trata de desenvolvimento de políticas de disponibilização das informações estatísticas. O diagnóstico de que grande parte dos usuários tem dificuldades não só de acesso, mas principalmente de compreensão destas informações, pode ser considerado grande avanço por parte das agências estaduais.

Ainda, sobre as questões que inferem na relação entre o acesso a determinados suportes informacionais e o uso efetivo das informações neles contidas, extraíram-se algumas conclusões, a partir de observações feitas pelos interlocutores, referentes ao uso da publicação impressa enquanto formato de disponibilização da informação estatística. Todos foram unânimes ao reafirmar a importância que a publicação em papel tem na prática de disponibilização da informação. Contudo, a função de tal publicação tem sido vista, por algumas agências, como sendo uma alternativa para que a população proveniente de regiões economicamente desfavorecidas, entre outras características, tenha acesso às informações. Mesmo assim, convém destacar a menção feita por alguns interlocutores de que a existência das publicações impressas não é condição para que a população tenha acesso às informações, pois essas têm suas tiragens e distribuição restritas. Ainda, é atribuída à publicação em papel uma função de suporte de informações secundárias, e não mais a de primárias, sendo assim utilizadas para publicações de índices e resumos.

Quanto ao perfil dos usuários, diagnosticou-se que o maior grupo de usuários das informações estatísticas são pessoas cujo predomínio do grau de escolaridade é o nível superior. Dentre eles, destacam-se os jornalistas, pesquisadores, alunos universitários, funcionários de empresas de consultoria e administração pública. Os demais segmentos da população, quando procuram informações estatísticas, geralmente recorrem a bibliotecas públicas e escolares, sendo o papel o suporte mais consultado, mais especificamente, os anuários estatísticos convencionais.

É neste ambiente, de suportes informacionais diversificados e demanda segmentada, que se destaca a necessidade de se ter à frente de um serviço de disponibilização de informações estatísticas um profissional capacitado para o uso de tecnologias, para o tratamento temático de informações e principalmente qualificado para identificar as necessidades da demanda para assim desenvolver produtos e serviços que atendam a essas necessidades. Contudo, não se tem bem definido, de modo geral em todas as agências, que profissional seria capaz de contemplar estas características, e, em consequência disso, são designados estatísticos e profissionais de propaganda e *marketing* para desempenhar funções referentes a práticas de disponibilização de informações profissionais da área de informática.

Visando a respaldar tais empecilhos existentes nas políticas de disponibilização das informações, algumas iniciativas de potencialização do uso das informações merecem destaque. A promoção de cursos, palestras, aulas e eventos para a população sobre a informação estatística é um grande mecanismo capaz de minimizar as dificuldades existentes em relação ao acesso e uso destas informações. A explanação das metodologias de pesquisa utilizadas pelo Sistema Estatístico Nacional, a explicação dos conceitos pesquisados e até mesmo a abordagem de possíveis usos das informações estatísticas precisariam ser tratadas no âmbito destas explanações, não só para elucidar a população sobre o tema, mas também para estimular que esta população usufrua as informações estatísticas.

As principais dificuldades referentes à disponibilização das informações estatísticas pelas agências estaduais relacionaram-se principalmente à dificuldade de adequar a estrutura da oferta de maneira a atingir a especificidade de cada demanda. As dificuldades referentes ao desenvolvimento de políticas de disponibilização de informações equivalem-se às dificuldades sentidas pela maioria da população em acessar e assimilar as informações estatísticas. O desenvolvimento de cursos e palestras para esta população, como mencionado anteriormente, minimizaria esta condição, mas emergem, neste contexto, questões de cunho orçamentário e de recursos humanos que se enquadram como uma constante dificuldade enfrentada por todo Sistema Estatístico Nacional.

O governo, neste contexto (administração pública, secretarias estaduais, entre outros segmentos), precisaria do usuário mais capacitado e assíduo nas informações estatísticas. Neste aspecto, foi identificado que há crescente uso das informações estatísticas pelo mesmo para o desenvolvimento de projetos e políticas públicas, mas tal situação precisaria ser ainda mais efetiva. O reconhecimento da importância das instituições de estatísticas brasileiras é uma realidade perante o governo. No entanto, este ainda não tem dado o respaldo considerado adequado para que tais instituições dêem continuidade ao desenvolvimento de pesquisas, produtos e serviços.

Enfim, o processo de disseminação de informações é laborioso, tendo em vista, principalmente, a necessidade de adequação de sua oferta à sua demanda. As características inerentes da informação estatística, assim como as especificidades sociais e políticas nacionais, resultam, portanto, em termos de disponibilização de informação estatística brasileira, em um grande desafio a ser enfrentado pelas agências produtoras de tais informações.

Questões relacionadas à oferta e demanda de informações estatísticas precisam ser constantemente discutidas tanto por profissionais da área de ciência da informação como profissionais vinculados à produção de informações. É necessário que haja clareza entre os produtores e os potenciais receptores quanto aos objetivos e quanto às políticas e programas governamentais implementados nesse ambiente.

Assim, o universo informacional brasileiro ainda germina, enquanto conceitos, fundamentos, metodologias... A sociedade brasileira tem, entre suas principais carências, a carência da informação. Carência que emerge em todos os níveis sociais, culturais, educacionais. As informações estatísticas permeiam neste conturbado ambiente com a missão de agrupar, nomear, distinguir e clarear as relações entre os indivíduos e seu meio. A valia de tal especificidade informacional é imensurável... Portanto, todo e qualquer estudo que vislumbre mapear, identificar, explorar, conceituar e observar este ambiente informacional será significativo para toda sociedade.

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor Paulo de Martino Jannuzi, pela orientação da dissertação de mestrado, à Capes, pela concessão da bolsa de estudos, aos professores do Programa de Pós-graduação da PUC/Campinas de 2002 e aos profissionais das instituições pesquisadas, tanto pelo preenchimento dos questionários quanto pela concessão das entrevistas.

Artigo recebido em 12-05-2003 e aceito para publicação em 31-05-2003

REFERÊNCIAS

- ALLEVATO, S. R. Metodologia de inventário das estatísticas nacionais para o mercosul. *Ciência da Informação*. v. 24, n. 2, 1995. (Comunicações).
- ANIPES. *Sistema de informações das instituições públicas de pesquisa, em nível nacional*. Curitiba : ANIPES, 2000.
- BARRETO, A. de A. A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Sociedade da informação no Brasil - Livro Verde*. Brasília, 2000.
- CINTRA, A. M. M. *et al. Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo : Polis APB, 1995. 72 p. (Coleção Palavra-chave, n. 4).
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasília, DF). *Áreas do conhecimento*. Disponível em: < <http://www.cnpq.br/areas/tabconhecimento/index.htm> >. Acesso em: 19 out. 2001.
- DESROISIERES, A. Do singular ao geral: a informação estatística e a construção do Estado. In: CONFERÊNCIA INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, 1996, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : IBGE, 1996.
- GRACIOSO, L.; JANNUZZI, P. M. *Informação estatística brasileira: proposta de controle de vocabulário para a disseminação*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2002. 1 CD-R0M
- IBGE (Rio de Janeiro, RJ). *Catálogo do IBGE*. Rio de Janeiro : IBGE, 2000.
- _____. *Textos para discussão: estatísticas e indicadores sociais para a década de 90*. Rio de Janeiro, 1989. (IBGE, n. 19).
- JANNUZZI, P. M. Fontes de informação sócio-demográfica para planejamento no setor público. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 197-210, 1995.
- _____. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas, SP : Alínea, 2001. 141 p.
- _____. As novas e velhas demandas por informação estatística. *São Paulo em Perspectiva*. n. 12, v. 4, p. 105-112, 1998.
- _____; GRACIOSO, L. S. de. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 3, p.92-103, 2002. Pt. 1.
- KOBASHI, N. Y.; SMIT, J. W. ;TÁLAMO, G. M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. *DataGamaZero*, v. 2, n. 2, abr. 2001. Disponível em: < www.dgzero.org >. Acesso em: 10 jun. 2002.
- LARA, M. L. G. de. A arquitetura de sistemas de informações estatísticas na Internet. *São Paulo em Perspectiva*. v. 12, n. 4, p. 99-104, 1998.
- MATTOS, J. M. de. *A sociedade do conhecimento: da teoria de sistemas à telemática*. Brasília : Universidade de Brasília, 1982. 512 p. (Cadernos da UnB).
- MÉDICI, A. C. Sistema estatístico, planejamento e sociedade no Brasil (notas para uma discussão). **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, v. 7, n. 2, p. 191-206,1990.
- OCLC. **OCLC** – *Public Affairs Information Service*. Disponível em: < <http://www.pais.org> >. Acesso em: 19 out. 2001.
- POCARO, R. M. *Produção de informação estatística oficial na (des) ordem social da modernidade*. 2000, 193 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- PROSÉRPIO, R. Repartição de encargos governamentais: a função de informar. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 75-81, 1994.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo : Atlas, 1999.
- RODRIGUES, A. D. A comunicação, ideologia do nosso tempo. In: _____ *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa : Presença, 1994. p. 13-46.
- SEADE. *Thesaurus POPIN: thesaurus multilíngüe de população*. 2. ed. [199?]. CD-ROM.
- SENRA, N. de C. Informação estatística: demanda e oferta, uma questão de ordem. *DataGramaZero*, v. 1, n. 3, jun. 2000. Disponível em: < www.dgzero.org >. Acesso em: 10 set. 2001a.
- _____. Política de informação estatística, instrumento de regulamento para/pela coordenação. In: SEMINÁRIO DE CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO NAS SOCIEDADES DA COMUNICAÇÃO, 2000, Rio de Janeiro. *Fórum de Ciência e Cultura*. Rio de Janeiro : UFRJ, 2000b.
- _____. Por uma disseminação democrática de informações. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 40-45, 1994.
- _____. Vendo o futuro no presente: por uma agenda de estudos para o IBGE no SEN. In: *IBGE. 65 anos de criação do IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [1936] 130 anos da criação da Diretoria Geral de Estatística [1871]. [S. l. : 193?]*.
- SOUZA, L. P. de. A informação estatística: bem econômico e social. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v. 2, n.1, p. 203-222, 1997.
- THYGESEN, L. Comercializando estatísticas oficiais sem vender a alma. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 68-74, 1998.
- WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing and Management*, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.